

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 - CPMI - INSS - CRIADA PELO REQUERIMENTO 07/2025 - CN.

REQUERIMENTO N.º , DE 2025

Requer que seja convocado a prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Senhor Paulo Guedes.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 58, §3º da Constituição Federal, na Lei nº 1.579/52 e no art. 148 do Regimento Senado Federal, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO para que preste depoimento, o Senhor Paulo Guedes, ex-Ministro da Economia, entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022. A fim de prestar depoimento sobre fatos relacionados à condução da política previdenciária durante o Governo Jair Bolsonaro e à gestão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 07/2025 – CN, para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.O ex-Ministro da Economia, Paulo Guedes, exerceu o cargo entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022, tendo papel central na definição das políticas relativas ao sistema previdenciário nacional durante o Governo Jair Bolsonaro.

Em 2019, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia, passou a ter atribuições diretas na condução do INSS, fato amplamente divulgado pela imprensa, que noticiou que "Paulo Guedes vai comandar







CONGRESSO NACIONAL

INSS na gestão Bolsonaro" (Revista Veja, disponível em: https://veja.abril.com.br/economia/paulo-guedes-vai-comandar-inss/).

Ademais, em 20 de fevereiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro entregou pessoalmente ao Congresso Nacional a Proposta de Reforma da Previdência, elaborada pela equipe do Ministério da Economia sob liderança do então Ministro Paulo Guedes.

Diante da relevância política e institucional do tema, a convocação do ex-Ministro Paulo Guedes se mostra necessária para esclarecer à Comissão as razões da centralização, os critérios de gestão adotados e os impactos efetivos sobre a administração previdenciária e sobre milhões de segurados do INSS.

> Sala da Comissão, 26 de agosto de 2025. Deputado Federal Orlando Silva PCdoB /SP.



